

Evolução funcional: sindicato pressiona e SME garante pontuação em congressos e seminários

Página 6

SINPEEM participa de mobilizações contra o projeto de lei das terceirizações

Página 8

EDIÇÃO ELETRÔNICA – ABRIL DE 2015 – ANO 19 – Nº 141 – FILIADO À CNTE, À CUT E AO DIEESE



JORNAL DO

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO
NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SINPEEM

28 DE ABRIL: DIA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO

PARALISAÇÃO, MANIFESTAÇÃO E ASSEMBLEIA GERAL

EM FRENTE AO GABINETE DO PREFEITO – 14 HORAS



Fernando Cardezo

Educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos, em todos os níveis. Este tem sido o principal objetivo e luta do SINPEEM ao longo dos anos. Uma educação com valorização salarial e profissional de seus trabalhadores, com a implementação de políticas públicas que garantam condições dignas de trabalho, redução do número de alunos por sala/turma/agrupamento, fim das salas mistas, suporte material e de pessoal para atendimento aos alunos com deficiência, ampliação dos direitos funcionais e de carreira, fim das terceirizações, paridade e isonomia entre ativos e aposentados, saúde e segurança para os profissionais de educação, entre outras. E para denunciar o descaso do governo com a educação e exigir mudanças e atendimento às nossas reivindicações, aprovamos nas reuniões de representantes sindicais, do Conselho Geral e dos aposentados que no dia 28 de abril realizaremos paralisação, manifestação e assembleia geral, às 14 horas, em frente ao gabinete do prefeito. **Páginas 2 a 7**

Pauta de reivindicações foi entregue ao governo Haddad no dia 25 de março

Página 4

Sindicato reivindica mudanças na carreira dos profissionais do Quadro de Apoio

Página 5

SINPEEM promove cursos de formação e semipresenciais para os associados

Página 10

Luta por valorização e condições de trabalho está na ordem do dia

Iniciada a campanha salarial em fevereiro, o SINPEEM já realizou reuniões de representantes sindicais com docentes, gestores e Quadro de Apoio; reuniões com os aposentados e assembleia geral para debater e aprovar a pauta de reivindicações da categoria, entregue ao governo Haddad no dia 25 de março.

Entre as nossas reivindicações estão valorização dos pisos remuneratórios e das carreiras dos profissionais de educação, segurança e saúde dos trabalhadores, condições de trabalho, fim das terceirizações, redução da quantidade de alunos por sala/turma/agrupamento, ampliação da rede física, realização de concursos públicos, fim das salas mistas, ampliação dos módulos de pessoal das unidades, suporte material e de pessoal para atendimento aos alunos com deficiência, ampliação dos direitos funcionais de carreira, contra a transformação da remuneração em subsídios, além de isonomia entre ativos e aposentados.

Com a proximidade da data-base da categoria, no mês de maio, o SINPEEM exige que o governo cumpra a Lei nº 14.660/2007, que obriga a Prefeitura a fixar os valores de pisos remuneratórios dos docentes, gestores e profissionais do Quadro de Apoio, ativos e aposentados.

Por força desta lei e da luta do sindicato, nos últimos anos a categoria conquistou, por meio da incorporação dos abonos complementares de pisos, em torno de 119% de revisão sobre os padrões de vencimentos. Um percentual muito aquém do que a categoria quer e merece, mas, certamente, uma conquista importante, principalmente quando

comparado às demais categorias de servidores da Prefeitura, que tiveram somente 0,01%, a título de revisão geral anual de sua remuneração.

O SINPEEM também vem participando das reuniões da Mesa Setorial de Negociação da Educação e de reuniões entre o sindicato e a Secretaria Municipal de Educação, intituladas pelo governo de bilaterais, pressionando para que a administração municipal atenda às reivindicações da categoria.

E para lutar por nossos direitos e atendimento às nossas reivindicações, a categoria aprovou, em assembleia geral, e o SINPEEM está convocando docentes, gestores e profissionais do Quadro de Apoio para a paralisação, manifestação e assembleia geral, em 28 de abril, Dia Internacional da Educação, às 14 horas, em frente ao gabinete do prefeito.

A participação de todos é fundamental para fortalecer o nosso movimento.

Organize sua escola, convide pais e alunos para participar deste importante movimento, em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos, em todos os níveis e modalidades.

Vamos denunciar as condições de trabalho às quais os profissionais de educação estão sujeitos diariamente e cobrar do governo respostas às nossas reivindicações.

Participe. Juntos somos fortes

A DIRETORIA

CLAUDIO FONSECA

Presidente

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Av. Santos Dumont, 596 - CEP 01101-080 - Ponte Pequena - São Paulo - SP - Fone 3329-4500

www.sinpeem.com.br - e-mails: sinpeem@sinpeem.com.br - imprensa@sinpeem.com.br

Registro Sindical no Ministério do Trabalho outorgado pelo Processo nº 24440.025576/89



DIRETORIA

Presidente Claudio Fonseca
 Vice-presidente José Donizete Fernandes
 Secretário-geral Cleiton Gomes da Silva
 Vice-secretária-geral Laura de Carvalho Cymbalista
 Secretária de Finanças Doroty Keiko Sato
 Vice-secretária de Finanças Cleide Filizzola da Silva
 Secretário de Administração e Patrimônio Josafá Araújo de Souza
 Secretário de Imprensa e Comunicação Adelson Cavalcanti de Queiroz
 Vice-secretária de Imprensa e Comunicação Lourdes Quadros Alves
 Secretária de Assuntos Jurídicos Nilda Santana de Souza
 Vice-secretário de Assuntos Jurídicos Almir Bento de Freitas
 Secretária de Formação Mônica dos Santos Castellano Rodrigues
 Vice-secretário de Formação Edson Silvino Barbosa da Silva
 Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais Patrícia Pimenta Furbino
 Secretário de Política Sindical João Baptista Nazareth Jr.
 Secretário de Assuntos do Quadro de Apoio José Corsino da Costa
 Vice-secretário de Assuntos do Quadro de Apoio Fábio Figueiredo Resende
 Secretária de Seguridade Social/Aposentados Júlia Maia
 Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora Luzinete Josefa da Rocha
 Secretária de Políticas Sociais Lillian Maria Pacheco
 Secretário de Saúde e Segurança do Trabalhador Floreal Marim Botias Júnior
 Secretário de Organização Regional Eliazar Alves Varela

DIRETORES REGIONAIS

Alexandre Pinheiro Costa
 Ariana Matos Gonçalves
 Célia Cordeiro da Costa
 Cleusa Maria Marques
 Eduardo Henriques de Macêdo
 Gabriel Vicente França
 Maria Aparecida Freitas Sales
 Nelice Isabel Fonseca Pompeu
 Priscila Pita de Almeida
 Renato Rodrigues dos Santos
 Ricardo Cardoso de Moraes
 Romildo Rodrigues da Conceição
 Rosemeire Rodrigues Bittencourt

Journalista responsável: Graça Donegati - Mtb 22.543

Diagramação: José Antonio Alves

Impressão: Plural Gráfica

56 mil exemplares - Distribuição gratuita

Os textos publicados no Jornal do SINPEEM são de exclusiva responsabilidade da Diretoria do sindicato

TABELAS DE VENCIMENTOS DE MAIO DE 2014 DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

| *REF/GRAUS | A | B | C | D | E |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|
| Apoio à Educação - Jornada 40 horas semanais | | | | | |
| QPE-01 | 977,21 | 1.040,73 | 1.108,37 | 1.180,40 | 1.257,14 |
| QPE-02 | 1.040,73 | 1.108,37 | 1.180,40 | 1.257,14 | 1.338,87 |
| QPE-03 | 1.108,37 | 1.180,40 | 1.257,14 | 1.338,87 | 1.425,87 |
| QPE-04 | 1.180,40 | 1.257,14 | 1.338,87 | 1.425,87 | 1.518,54 |
| QPE-05 | 1.257,14 | 1.338,87 | 1.425,87 | 1.518,54 | 1.617,28 |
| QPE-06 | 1.338,87 | 1.425,87 | 1.518,54 | 1.617,28 | 1.722,39 |
| *QPE-07 | 1.425,87 | 1.518,54 | 1.617,28 | 1.722,39 | 1.834,37 |
| *QPE-08 | 1.518,54 | 1.617,28 | 1.722,39 | 1.834,37 | 1.953,56 |
| *QPE-09 | 1.617,28 | 1.722,39 | 1.834,37 | 1.953,56 | 2.080,57 |
| *QPE-10 | 1.722,39 | 1.834,37 | 1.953,56 | 2.080,57 | 2.215,81 |
| *QPE-11 | 1.834,37 | 1.953,56 | 2.080,57 | 2.215,81 | 2.359,84 |
| *QPE-12 | 1.953,56 | 2.080,57 | 2.215,81 | 2.359,84 | 2.513,23 |
| *QPE-13 | 2.080,57 | 2.215,81 | 2.359,84 | 2.513,23 | 2.676,59 |
| *QPE-14 | 2.215,81 | 2.359,84 | 2.513,23 | 2.676,59 | 2.850,54 |
| JB - 20 horas/aula | | | | | |
| QPE-11 | 1.087,33 | 1.156,01 | 1.233,28 | 1.313,54 | 1.398,89 |
| QPE-12 | 1.156,01 | 1.233,28 | 1.313,54 | 1.398,89 | 1.489,78 |
| QPE-13 | 1.233,28 | 1.313,54 | 1.398,89 | 1.489,78 | 1.586,53 |
| QPE-14 | 1.313,54 | 1.398,89 | 1.489,78 | 1.586,53 | 1.689,71 |
| QPE-15 | 1.398,89 | 1.489,78 | 1.586,53 | 1.689,71 | 1.799,56 |
| QPE-16 | 1.489,78 | 1.586,53 | 1.689,71 | 1.799,56 | 1.916,64 |
| QPE-17 | 1.586,53 | 1.689,71 | 1.799,56 | 1.916,64 | 2.041,07 |
| QPE-18 | 1.689,71 | 1.799,56 | 1.916,64 | 2.041,07 | 2.173,85 |
| QPE-19 | 1.799,56 | 1.916,64 | 2.041,07 | 2.173,85 | 2.315,21 |
| QPE-20 | 1.916,64 | 2.041,07 | 2.173,85 | 2.315,21 | 2.465,70 |
| QPE-21 | 2.041,07 | 2.173,85 | 2.315,21 | 2.465,70 | 2.625,84 |
| QPE-22 | 2.173,85 | 2.315,21 | 2.465,70 | 2.625,84 | 2.796,51 |
| QPE-23 | 2.315,21 | 2.465,70 | 2.625,84 | 2.796,51 | 2.978,29 |
| JBD - 30 horas/aula - Jornada Especial Ampliada | | | | | |
| QPE-11 | 1.631,04 | 1.737,14 | 1.850,01 | 1.970,28 | 2.098,35 |
| QPE-12 | 1.737,14 | 1.850,01 | 1.970,28 | 2.098,35 | 2.234,71 |
| QPE-13 | 1.850,01 | 1.970,28 | 2.098,35 | 2.234,71 | 2.379,95 |
| QPE-14 | 1.970,28 | 2.098,35 | 2.234,71 | 2.379,95 | 2.534,67 |
| QPE-15 | 2.098,35 | 2.234,71 | 2.379,95 | 2.534,67 | 2.699,36 |
| QPE-16 | 2.234,71 | 2.379,95 | 2.534,67 | 2.699,36 | 2.874,84 |
| QPE-17 | 2.379,95 | 2.534,67 | 2.699,36 | 2.874,84 | 3.061,82 |
| QPE-18 | 2.534,67 | 2.699,36 | 2.874,84 | 3.061,82 | 3.260,86 |
| QPE-19 | 2.699,36 | 2.874,84 | 3.061,82 | 3.260,86 | 3.472,75 |
| QPE-20 | 2.874,84 | 3.061,82 | 3.260,86 | 3.472,75 | 3.698,35 |
| QPE-21 | 3.061,82 | 3.260,86 | 3.472,75 | 3.698,35 | 3.938,89 |
| QPE-22 | 3.260,86 | 3.472,75 | 3.698,35 | 3.938,89 | 4.194,91 |
| QPE-23 | 3.472,75 | 3.698,35 | 3.938,89 | 4.194,91 | 4.467,59 |
| Jeif, Jornada Especial Integral e J-30 (CEI) | | | | | |
| **QPE-11 | 2.174,66 | 2.316,01 | 2.466,57 | 2.627,06 | 2.797,73 |
| **QPE-12 | 2.316,01 | 2.466,57 | 2.627,06 | 2.797,73 | 2.979,50 |
| **QPE-13 | 2.466,57 | 2.627,06 | 2.797,73 | 2.979,50 | 3.173,06 |
| **QPE-14 | 2.627,06 | 2.797,73 | 2.979,50 | 3.173,06 | 3.379,41 |
| **QPE-15 | 2.797,73 | 2.979,50 | 3.173,06 | 3.379,41 | 3.599,08 |
| **QPE-16 | 2.979,50 | 3.173,06 | 3.379,41 | 3.599,08 | 3.833,28 |
| **QPE-17 | 3.173,06 | 3.379,41 | 3.599,08 | 3.833,28 | 4.082,14 |
| **QPE-18 | 3.379,41 | 3.599,08 | 3.833,28 | 4.082,14 | 4.347,67 |
| **QPE-19 | 3.599,08 | 3.833,28 | 4.082,14 | 4.347,67 | 4.630,41 |
| **QPE-20 | 3.833,28 | 4.082,14 | 4.347,67 | 4.630,41 | 4.931,45 |
| **QPE-21 | 4.082,14 | 4.347,67 | 4.630,41 | 4.931,45 | 5.251,66 |
| **QPE-22 | 4.347,67 | 4.630,41 | 4.931,45 | 5.251,66 | 5.593,02 |
| **QPE-23 | 4.630,41 | 4.931,45 | 5.251,66 | 5.593,02 | 5.956,56 |
| Jornada Básica e Especial de 40 horas | | | | | |
| QPE-11 | 2.899,66 | 3.088,18 | 3.289,00 | 3.502,67 | 3.730,43 |
| QPE-12 | 3.088,18 | 3.289,00 | 3.502,67 | 3.730,43 | 3.972,78 |
| QPE-13 | 3.289,00 | 3.502,67 | 3.730,43 | 3.972,78 | 4.231,03 |
| QPE-14 | 3.502,67 | 3.730,43 | 3.972,78 | 4.231,03 | 4.505,98 |
| QPE-15 | 3.730,43 | 3.972,78 | 4.231,03 | 4.505,98 | 4.798,97 |
| QPE-16 | 3.972,78 | 4.231,03 | 4.505,98 | 4.798,97 | 5.110,97 |
| QPE-17 | 4.231,03 | 4.505,98 | 4.798,97 | 5.110,97 | 5.443,15 |
| QPE-18 | 4.505,98 | 4.798,97 | 5.110,97 | 5.443,15 | 5.796,93 |
| QPE-19 | 4.798,97 | 5.110,97 | 5.443,15 | 5.796,93 | 6.173,71 |
| QPE-20 | 5.110,97 | 5.443,15 | 5.796,93 | 6.173,71 | 6.575,07 |
| QPE-21 | 5.443,15 | 5.796,93 | 6.173,71 | 6.575,07 | 7.002,36 |
| QPE-22 | 5.796,93 | 6.173,71 | 6.575,07 | 7.002,36 | 7.457,61 |
| QPE-23 | 6.173,71 | 6.575,07 | 7.002,36 | 7.457,61 | 7.942,36 |
| QPE-24 | 6.575,07 | 7.002,36 | 7.457,61 | 7.942,36 | 8.458,61 |
| J-40 horas / agentes de apoio e vigias | | | | | |
| B-1 | | | | | 755,00 |
| B-2 | | | | | 804,14 |
| B-3 | | | | | 856,37 |
| B-4 | | | | | 912,00 |
| B-5 | | | | | 971,33 |
| B-6 | | | | | 1.034,44 |
| B-7 | | | | | 1.101,67 |
| B-8 | | | | | 1.173,33 |
| B-9 | | | | | 1.249,53 |
| B-10 | | | | | 1.330,81 |

* Corresponde à tabela de vencimentos de ADIs ** Corresponde à tabela de vencimentos dos PDIs

Informações sobre atualização cadastral, filiação, desfiliação, cursos, certificados, declarações, convênios e outros.

3329-4516

secretarias@sinpeem.com.br

SINPEEM realiza paralisação, manifestação e assembleia em 28 de abril, Dia Internacional da Educação

No momento em que o governo Dilma anuncia medidas de ajuste fiscal que implicam em cortes também nos investimentos em educação e governos estaduais e municipais se valem dos argumentos de queda de receitas para imporem políticas de arrocho salarial e não atendimento às reivindicações relativas à melhoria das condições de trabalho e valorização salarial e profissional e ainda investem contra os direitos dos profissionais de educação e de a população ter acesso à educação de qualidade, em todos os níveis, etapas e modalidades, vale a pena lembrar parte do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932, e que poderia servir para que as nossas autoridades refletissem sobre suas prioridades e projeto de nação.

“Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobrepõe em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade...”

A situação atual, criada pela su-



Fernando Cardozo

Data da paralisação foi construída nas reuniões com representantes sindicais dos Quadros de Apoio e do Magistério, além dos encontros com os aposentados

cessão periódica de reformas parciais e frequentemente arbitrarias, lançadas sem solidez econômica e sem uma visão global do problema, em todos os seus aspectos, nos deixa antes a impressão desoladora de construções isoladas, algumas já em ruína, outras abandonadas em seus alicerces...”

Temos aí um trecho do manifesto extremamente contundente e atual, que revela o atraso da consciência das autoridades políticas quanto aos nossos problemas e soluções estruturais, que passam certamente por consertar a educação, a elegendo, de fato, como prioridade.

Se não há esta consciência, ape-

sar da gravidade da situação, e os governos agem ainda mais para aprofundá-la, com as suas pseudorreformas, anúncios de slogans como “Pátria Educadora”, “Mais Educação”, e ajustes fiscais que sacrificam os trabalhadores assalariados dos setores público e privado, nós, profissionais de educação, e todos os interessados e comprometidos com a universalização da escola pública, gratuita, laica e de qualidade, temos de nos organizar e lutar.

O dia 28 de abril, declarado como Dia Internacional de Educação – referência ao encontro de representantes de 180 países, realiza-

do entre 26 e 28 de abril de 2000, na cidade de Dakar, no Senegal, onde foi assinado um documento no qual estes países se comprometeram a não poupar esforços políticos e financeiros para que a educação chegasse a todas as pessoas do planeta até o ano de 2015 –, se oferece como uma oportunidade que não podemos ignorar.

Estamos em 2015 e o Brasil está muito longe de universalizar o acesso à educação e promover a equidade, ampliando os meios e o raio de ação da educação básica, e propiciando um ambiente adequado à aprendizagem, objetivos que constam do referido documento.

Luta por educação de qualidade e condições de trabalho é política permanente do SINPEEM

Na cidade de São Paulo, números oficiais da Secretaria Municipal de Educação revelam a falta de 170 mil vagas na educação infantil, para crianças de zero a três anos de idade. Salas superlotadas, crianças em agrupamentos inadequados à sua faixa etária, agrupamentos mistos, falta de material, instalações obsoletas, falta de equipamentos, falta de pessoal e de recursos para inclusão de alunos com deficiências, ausência de política contínua de formação e valorização profissional, além de ambientes escolares que adoecem os educadores e os alunos, compõem este quadro que precisa mudar.

Há, com certeza, reação e luta dos profissionais de educação em todas as partes do Brasil, em defesa da educação.

Os professores da rede estadual de São Paulo se encontram em

greve contra as políticas do governo Alckmin. Outros Estados, como o Paraná, realizaram lutas por seus direitos e reivindicações, demonstrando que querem mudar a história com a necessária participação da população nesta causa tão nobre: a educação como fator estratégico para o desenvolvimento humano, social e econômico.

As lutas organizadas pelo SINPEEM, inclusive as greves realizadas durante os governos Serra, Kassab e Haddad, deixam evidente que, além da questão salarial, temos exigido escolas melhores, política educacional de estado e não de governos/partidos, melhores condições de trabalho, segurança e saúde para os profissionais de educação. Ou seja, mudanças estruturais para termos uma educação que, mais do que “agir para o aluno aprender a aprender, age, tam-

bém, para o aluno aprender a fazer, a ser e a conviver”.

E para cumprir esta competência, precisa urgentemente valorizar a escola e os seus profissionais. Valorização está que não se concretizará sem a pressão organizada da nossa categoria e envolvimento dos demais trabalhadores.

Portanto, no dia 28 de abril vamos denunciar e exigir mudanças na educação e atendimento às nossas reivindicações.

Por decisão da categoria, em assembleia geral, construída nas reuniões com representantes sindicais e conselheiros, e em encontros com aposentados, vamos realizar paralisação e manifestação em frente ao gabinete do prefeito, no Viaduto do Chá.

Ao mesmo tempo em que denunciaremos a situação em que se encontra a educação e os seus profissionais cobraremos respostas efetivas às nossas reivindicações.

PARALISAÇÃO, MANIFESTAÇÃO E ASSEMBLEIA GERAL

Dia 28 de abril de 2015, às 14 horas em frente ao gabinete do prefeito

SINPEEM entregou pauta de reivindicações e exige respostas do governo Haddad

Maio é o mês da nossa data-base. Mês que o governo está obrigado, por lei, a concluir a negociação e efetivar ações relativas à valorização profissional, condições de trabalho, funcionamento das escolas, organização do ensino, entre outros itens.

Desde o início deste ano o secretário de Educação tem realizado reuniões nas DREs com os profissionais de educação, pais e alunos. Estamos certos de que tudo o que ouviu é o suficiente para já apresentar soluções e que não se tratou simplesmente de uma tentativa de fazer os educadores se conformarem com a situação.

Portanto, estando no quarto mês do terceiro ano deste governo e, após duas greves da categoria nos dois anos anteriores, estamos certos de que a administração municipal não poderá alegar falta de conhecimento da situação e das nossas reivindicações. Também não poderá dizer que o SINPEEM se recusou a participar das reuniões das mesas que o governo instalou.

Participamos, cobramos os termos contidos nos Protocolos de Negociação dos anos anteriores, apresentamos as nossas reivindicações para a data-base deste ano e queremos respostas efetivas. O

reajuste de 5,54% se refere à primeira parcela do total de 15,38% que conquistamos no ano passado, para o alcance dos valores dos pisos fixados para 2014. Agora, além da fixação dos valores de piso para 2015, o governo tem de apresentar respostas para os demais itens da nossa pauta, cuja melhoria das condições de trabalho também grita por urgência.

No dia 28 de abril vamos cobrar e decidir o que fazer em continuidade ao nosso movimento, caso o governo não nos atenda. A paralisação de todos e participação na manifestação e assembleia que realizaremos neste dia é imprescindível.

Poderá ser um grito para fazer o prefeito e o secretário de Educação, sem deixarem a pedagogia do amor de lado, sentir a força também da pedagogia da indignação e da luta dos profissionais de educação por seus direitos e melhores condições de trabalho.

Escolas paradas neste dia e milhares de docentes, gestores, agentes escolares, agentes de apoio e auxiliares técnicos de educação na manifestação e assembleia geral será a demonstração de todos de que não só reclamam dos problemas que temos, mas lutam em defesa da educação e dos seus profissionais.

Greve de 2014 garantiu a incorporação de 15,38% a partir de maio de 2015

Com a greve de 42 dias realizada durante a campanha salarial de 2014, fizemos com que o governo cumprisse a lei e elevasse os padrões de vencimentos, para ativos e aposentados com paridade, em 13,43% no mês de maio e garantisse, em Protocolo de Negociação, a aplicação do índice de 15,38%, divididos em três parcelas, que começam a ser incorporadas na seguinte conformidade:

- 5,54% em maio de 2015;
- 3,74% em maio de 2016;
- 5,46% em novembro de 2016.

Queremos mais. Conforme aprovado nas reuniões de representantes (docentes, gestores e Quadro de Apoio), conselheiros e aposentados, além da ratificação da pauta de reivindicações na assembleia geral que realizamos no dia 21 de março, na campanha deste ano estamos reivindicando 25% de reajuste, com a fixação dos novos valores para os pisos dos integrantes do Quadro dos Profissionais de Educação e, conseqüentemente, com incidência do percentual aplicado em todas as referências das tabelas de vencimentos dos Quadros do Magistério e de Apoio, a partir de 01 de maio, data-base da categoria, conforme segue:

✓ valores dos pisos remuneratórios:

a) docentes - Jornada Básica:

- nível médio - QPE-11A = R\$ 1.359,16
- licenciatura curta - QPE-13A = R\$ 1.541,59
- licenciatura plena - QPE-15A = R\$ 1.748,51

b) docentes - Jornada Básica do Docente:

- nível médio - QPE-11A = R\$ 2.038,80
- licenciatura curta - QPE-13A = R\$ 2.312,45
- licenciatura plena - QPE-15A = R\$ 2.622,84

c) docentes - Jornada Especial Integral de Formação:

- nível médio - QPE-11A = R\$ 2.718,32
- licenciatura curta - QPE-13A = R\$ 3.083,18
- licenciatura plena - QPE-15A = R\$ 3.497,02

d) docentes - J-30:

- nível médio - QPE-11A = R\$ 2.718,32
- licenciatura curta - QPE-13A = R\$ 3.083,18
- licenciatura plena - QPE-15A = R\$ 3.497,02



A pauta de reivindicações foi debatida em todas as instâncias do SINPEEM

e) gestores educacionais:

- coordenador pedagógico - QPE-17A = R\$ 5.288,77
- diretor de escola - QPE-19A = R\$ 5.998,78
- supervisor escolar - QPE-20A = R\$ 6.388,56

f) Quadro de Apoio:

- agente escolar - QPE-03A = R\$ 1.385,47
- auxiliar técnico de educação - QPE-07A = R\$ 1.782,35

A pauta completa de reivindicações, inclusive com as tabelas com os valores reivindicados pelo SINPEEM, foi enviada a todos os associados com e-mail cadastrado e está disponível no site do SINPEEM (www.sinpeem.com.br), no link Campanha salarial 2015.

Categoria aprovou encaminhamentos para a semana em defesa da educação

Além da paralisação, manifestação e assembleia geral, que será realizada em 28 de abril, Dia Internacional da Educação – estratégia acertada para que os profissionais de educação não sejam acusados de precipitados e intolerantes, com a realização de manifestações e até mesmo de greve, se for necessário –, a categoria decidiu participar das atividades que serão organizadas pelo SINPEEM no período de 27 a 30 de abril, semana de luta em defesa da educação pública.

Outros encaminhamentos:

- a) realizar campanha permanente por valorização do Quadro de Apoio à Educação;

b) realizar campanha de denúncia pública das péssimas condições de trabalho, falta de material, superlotação das salas, violência no entorno das escolas e agressões aos profissionais de educação, praticadas também pelo poder público;

c) realizar o Concerto para a Educação, evento cultural para denunciar a falta de vagas na educação infantil, superlotação das salas de aulas, falta de material, péssimas instalações, violência e insegurança, no primeiro semestre.

Representantes sindicais e conselheiros devem debater as formas de luta nos locais de trabalho

A união de todos os profissionais de educação é fundamental para fortalecer a luta da categoria e pressionar o governo, com um grande movimento em 28 de abril.

Nesse sentido, o trabalho dos representantes sindicais e dos conselheiros do SINPEEM é fundamental na divulgação e debate, com seus pares, nos locais de trabalho,

sobre as decisões aprovadas em assembleia e a organização das unidades para que participem, efetivamente, de todas as atividades convocadas pelo sindicato.

Decidir sobre as formas de luta, como paralisação, atos, caminhadas e greve, é responsabilidade de todos.

Debatam e organizem sua escola. Participem!

TODOS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, DOS DIREITOS E REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA

PARALISAÇÃO, MANIFESTAÇÃO E ASSEMBLEIA GERAL

Dia 28 de abril de 2015, às 14 horas em frente ao gabinete do prefeito

Sindicato reivindica aumento do valor do Prêmio de Desempenho Educacional

Há quatro anos o valor máximo do Prêmio de Desempenho Educacional (PDE) se mantém inalterado. No entanto, os critérios para a concessão do prêmio foram ficando mais restritivos.

O SINPEEM reivindica a fixação dos seguintes valores institucionais máximos para 2015 conforme a jornada:

- Jornada Básica - R\$ 2.400,00;
- Jornada Básica Docente - R\$ 3.600,00;
- Jornada Especial Integral de Formação e J-30 - R\$ 4.800,00;
- J-40 (Quadro de Apoio) - R\$ 4.800,00;
- Jornada Especial de 40 horas (gestores) - R\$ 6.000,00;

Também reivindica que não sejam descontados dias de licença, afastamentos autorizados pela SME e faltas abonadas (veja pauta completa de reivindicação no site (www.sinpeem.com.br)).

SINPEEM exige um terço do total das jornadas como horas/atividade

A lei que estabelece o piso nacional obriga a destinação de, no mínimo, um terço do total das jornadas docentes para atividades. Na rede municipal de ensino de São Paulo somente a Jeif atende a esta exigência.

Na campanha deste ano, a exemplo das anteriores, o SINPE-

EM reivindica que o prefeito Hadad assegure este direito.

Também reivindica a redução das jornadas de trabalho sem redução de salários para os profissionais do Quadro de Apoio e a destinação de horas/atividade voltadas para a formação continuada dos gestores.

Quadro de Apoio: sindicato defende carreira operacional e técnico-administrativa



Fernando Cardozo

O SINPEEM sempre defendeu os direitos do Quadro de Apoio, sua carreira e a investida nos cargos por concurso público. Portanto, sempre teve posição contrária às terceirizações dos serviços e tem mantido este posicionamento como uma das reivindicações da categoria.

Para os atuais agentes escolares e agentes de apoio, o SINPEEM defende a mudança de denominações e atribuições, combinada com a realização de concursos para os cargos das carreiras que integram este importante quadro.

Nos congressos realizados anualmente, o sindicato tem defendido que o quadro operacional e de auxílio técnico-administrativo escolar seja composto de cargos de provimento efetivo e funções de livre provimento exclusivamente nas unidades escolares, com as seguintes configurações:

a) classe I - serviços de apoio operacional:

- 1) agente de serviços gerais;
- 2) agente de vigilância e zeladoria;
- 3) auxiliar de merendeira;
- 4) merendeira.

b) classe II - serviços de apoio ao aluno:

- 1) agente de apoio ao aluno;
- 2) auxiliar de enfermagem;
- 3) enfermeiro.

c) classe III - serviços administrativos:

- 1) auxiliar técnico de educação I e II;
- 2) secretário de escola.

SME apresentou propostas para PDE, evolução funcional, SGP e recesso em julho para os CEIs

Após três reuniões – duas da Mesa Setorial de Educação e uma bilateral, com o SINPEEM – , a Secretaria Municipal de Educação respondeu a algumas reivindicações da nossa pauta, entregue ao governo no dia 25 de março, que foram apresentadas aos representantes sindicais, no dia 02 de abril, e aos conselheiros, no dia 08, tendo em vista a data-base da categoria.

Veja as propostas do governo Haddad:

1 - Prêmio por Desempenho Educacional (PDE):

- a) pagamento da primeira parcela do PDE em junho, correspondendo a 30% do seu valor total;
- b) não efetuar qualquer desconto sobre a primeira parcela correspondente a 30% do total, pago a título de adiantamento;
- c) não efetuar qualquer desconto até quatro faltas (abonadas, justificadas e injustificadas);
- d) manter a pontuação de 0,01 para efeito de cálculo do desconto por licença médica. Ou seja, não incidir qualquer desconto sobre o valor a ser pago como PDE para o profissional de educação que tiver até 99 dias de licença;
- e) continuar mantendo a frequência e a taxa de ocupação escolar como critérios para o cálculo a ser pago individualmente para os profissionais de educação.

Posição do SINPEEM: defendemos a incorporação de todo e qualquer valor pago a título de prêmio ou gratificação. No entanto, enquanto isto não acontece, o sindicato reivindica o aumento dos valores máximos a serem pagos e nenhum desconto sobre faltas abonadas e licenças (veja na página 5).

2 - Evolução funcional

O SINPEEM pressionou e a SME apresentou proposta em relação à evolução funcional:

- a) se comprometeu e publicou no DOC de 09 de abril a Portaria nº 2.451, consolidando as Portarias nº 5.362/2011 e nº 6.783/2014, com anexo único contendo todos os títulos reconhecidos para enquadramento por evolução funcional e os pontos a eles atribuídos;
- b) na portaria, a SME reconsiderou os títulos por participação em congressos e seminários realizados pelo SINPEEM e demais sindicatos;

- c) também prorrogou o prazo, até 31/07/2015, para validade de até três cursos de especialização *lato sensu* em área de interesse da educação, para fins de enquadramento por evolução funcional;
- d) continuar as discussões sobre alterações por nós reivindicadas acerca das duas novas referências criadas com a Lei nº 15.963/2014.
- e) a Portaria nº 2.451 também considera a extensão universitária com carga horária mínima de 100 horas - enquadramento a partir de 13/12/2014;
- f) considera, ainda, os títulos referentes à participação em eventos do Sistema de Formação de Educadores da rede - CEU-FOR, na condição de ouvinte/participante, palestrante, conferencista ou debatedor, a partir de 01/01/2015.

Posição do SINPEEM: reafirmamos que somos favoráveis à consolidação das portarias e das alterações das questões acima apresentadas que atendem às reivindicações da categoria. No entanto, continuamos exigindo mudanças na Lei nº 15.963/2014, para que sejam alterados os critérios para enquadramento nas duas novas referências que foram criadas e enquadramento também dos aposentados. Também reivindicamos alterações nos anexos da Lei nº 14.660/2007, para que sejam reduzidos os interstícios de tempo entre um e outro enquadramento do pessoal do Quadro de Apoio, para quem queremos os mesmos critérios de tempo, títulos e tempo e títulos.

3 - Sistema de Gestão Pedagógica (SGP)

A SME reconhece a existência dos proble-

mas que apontamos e se comprometeu em aumentar a conectividade das escolas, simplificar o sistema, reduzir a quantidade de telas e cliques necessários para as postagens, compartilhamento e transmissão. Assumiu, também, o compromisso de rever prazos para postagens.

Posição do SINPEEM: reivindicamos que ninguém seja responsabilizado por problemas estruturais do sistema e de impossibilidade de conexão, equipamentos para todos os profissionais de educação, restrição das postagens à frequência e notas e o não comprometimento das horas que devem ser destinadas à regência com o SGP.

4 - Recesso em julho e férias nos CEIs

A SME, após análise dos números quanto às crianças inscritas e frequência durante o período de férias em janeiro, nos Centros de Educação Infantil, afirmou que organizará de forma planejada o atendimento às famílias que precisam que seus filhos frequentem os CEIs durante o recesso. Funcionário polos predefinidos e as inscrições serão feitas para a frequência nos polos que forem determinados pela SME.

Com a quantidade de crianças inscritas será definida a quantidade de professores necessários e quais os critérios que serão utilizados para que trabalhem nos períodos de recesso e férias.

Posição do SINPEEM: reafirmamos que reivindicamos o cumprimento da lei conquistada pelo SINPEEM em 2012, que estabelece o direito de férias e recesso para os profissionais de educação infantil e para as crianças. E para que o atendimento nas unidades polos seja planejado e assegurado, com profissionais contratados especificamente para estes períodos.

Negociação com o governo continua

As repostas apresentadas pelo governo, até o momento, constam da nossa pauta, portanto, são importantes, mas, infelizmente, estão muito aquém de todos os itens e das necessidades apresentadas.

Outras reuniões já estão agendadas com a SME para dar continuidade às discussões e definições sobre os itens acima relacionados, bem como sobre os demais itens que compõem a pauta de reivindicações entregue pelo SINPEEM, que continuará pressionando para que o governo atenda a todas as reivindicações dos profissionais de educação.

MANDE E-MAIL E TIRE SUAS DÚVIDAS

legislacao@sinpeem.com.br

Legislação, informações sobre a vida funcional dos profissionais de educação e aposentadoria.

SINPEEM propõe pauta e campanha unificadas ao Fórum das Entidades Sindicais

Sem abrir mão das reivindicações específicas dos profissionais de educação, mas com a intenção de fortalecer a luta dos servidores públicos municipais, o SINPEEM propôs ao Fórum Sindical de Entidades dos Servidores Municipais e demais entidades do funcionalismo a realização de campanha salarial unificada em 2015, com a seguinte pauta:

- a) alteração da lei que dispõe sobre a política salarial dos servidores municipais;
- b) reajuste anual, no mínimo, igual à inflação, inclusive para os integrantes dos quadros profissionais que optaram pela transformação da remuneração em subsídio;
- c) reposição de perdas salariais relativas ao período de 2005 a 2014;
- d) fixação dos valores de pisos remuneratórios para todos os quadros profissionais;
- e) fim da política de terceirização;
- f) política de proteção e assistência à saúde dos servidores;

- g) não ao retorno da contribuição para o HSPM;
- h) isonomia entre ativos e aposentados e restabelecimento do direito à paridade para todos os servidores municipais aposentados com proventos proporcionais.

Encaminhamentos propostos:

- a) realizar a campanha salarial com ações unificadas;
- b) organizar calendário unificado de manifestações para decisão quanto à paralisação e/ou greve dos servidores, caso o governo não atenda às reivindicações dos servidores, contra as terceirizações, política de subsídios, realização de concursos públicos e por valorização dos servidores municipais;
- c) realizar ampla discussão da pauta de reivindicações da categoria e condições de trabalho e das escolas;

ESPAÇO DOS APOSENTADOS

Núcleo participa efetivamente das decisões da categoria



O SINPEEM reúne o Núcleo dos Aposentados sempre na primeira terça-feira de cada mês, além de promover encontros no SINPEEM Park Hotel, em Ibiúna.

Nestas reuniões, docentes, gestores e profissionais do Quadro de Apoio aposentados são informados sobre as propostas e decisões do governo municipal, bem como do posicionamento do SINPEEM. Debatem e aprovam, indicativamente, para as instâncias do sindicato, reivindicações, direitos a serem defendidos e como e quais movimentos a categoria deve realizar.

Durante as reuniões, os aposentados também aproveitam a oportunidade para esclarecer dúvidas sobre o andamento de ações judiciais e de toda a agenda de eventos de lazer, recreação e cultura destinados aos associados ao SINPEEM.

Presidente Claudio Fonseca esclarece todas as dúvidas sobre o andamento das ações dos associados ao SINPEEM



A próxima reunião do Núcleo dos Aposentados do SINPEEM será realizada no dia 05 de maio, às 14 horas, no Centro de Formação rua Guaporé, 240, Metrô Armênia.

SINPEEM participa de movimento contra o Projeto de Lei nº 4.330

No dia 7 de abril, o SINPEEM participou da manifestação no Congresso Nacional, em Brasília, contra a votação do Projeto de Lei nº 4.330/2004, organizado pelas centrais sindicais.

Proposto inicialmente pelo deputado Sandro Mabel (PMDB-GO) e com

atual relatoria do deputado Arthur Maia (SD-BA), o projeto dispõe sobre a terceirização não só de "atividades-meio" – que já é um grande atentado aos direitos dos trabalhadores e aos serviços públicos –, mas também da "atividades-fim".

O PL nº 4.330 é prejudicial aos trabalhadores, tanto da iniciativa privada como da administração pública. Dados da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em parceria com o



Dieese, revelam que o Brasil tem, atualmente, 12,7 milhões de trabalhadores (6,8% do mercado de trabalho) terceirizados, muitas vezes em condições de subemprego e semelhante à escravidão. A pesquisa mostra que os terceirizados ganham menos, trabalham mais e correm mais risco de sofrer acidentes, inclusive fatais.

Mesmo com a aprovação do texto base do PL pelo Congresso, a luta dos trabalhadores continua.

Fim das terceirizações integra a pauta de reivindicações do sindicato

Na Prefeitura de São Paulo, a terceirização é ampliada a cada ano e os efeitos nocivos já aparecem. Em várias escolas os serviços de merenda e de limpeza terceirizados foram interrompidos por falta de pagamento de seus empregados. Fica claro que terceirizar serviços públicos e retirar a garantia da continuidade dos serviços geram instabilidade para os servidores e exploração de mão de obra pelas empresas.

O SINPEEM, tendo em vista a data-base dos profissionais de educação e demais servidores municipais, está em campanha salarial e incluiu entre os itens de sua pauta de reivindicações seu posicionamento contra a terceirização.

O sindicato continuará participando das manifestações convocadas pela CUT e demais centrais:

- contra o Projeto de Lei nº 4.330;
- contra as terceirizações; e
- pelo fim dos contratos de terceirização de serviços na Prefeitura de São Paulo.

Participe da luta contra as terceirizações e em defesa de todas as nossas reivindicações.

Prêmio Paulo Freire 2015: inscrições podem ser feitas até 08 de julho



Estão abertas as inscrições para o Prêmio Paulo Freire de Qualidade do Ensino Municipal, edição 2015, destinado às unidades educacionais da rede oficial de ensino de São Paulo: CEIs, Cemei, Emeis, Emefs, Emefms, Emebss, Ciejas, Cecis, CMTCs CEUs.

O prêmio, promovido e organizado pela Câmara Municipal de São Paulo, tem como finalidade destacar as iniciativas voltadas ao aprimoramento da qualidade do ensino na escola pública municipal de São Paulo.

Segundo os organizadores, o regulamento mudou e demanda mais atenção dos interessados em participar desta premiação. As inscrições serão aceitas até o dia 08 de julho de 2015.

CONDIÇÕES PARA CONCORRER

1 - Para concorrer o participante tem de ser educador da rede oficial e ter implementado iniciativa visando ao aprimoramento da qualidade do ensino.

2 - Serão consideradas as atividades relacionadas à melhoria do ensino: ações propostas e implementadas na unidade educacional, desenvolvidas tanto na respectiva unidade, como as que tenham envolvido os pais e as que culminaram numa melhor sociabilização da comunidade, envolvendo o proces-

so de ensino/aprendizagem, a formação de educadores, a gestão escolar, a inclusão e a promoção do protagonismo infantojuvenil e de adultos.

3 - Os projetos concorrentes deverão ter, no mínimo, três meses de execução efetiva até a data do encerramento das inscrições.

4 - Poderão concorrer os projetos e as ações que, na data da inscrição, estejam ainda em andamento ou que se encerraram no ano imediatamente anterior ao da premiação.

5 - Os trabalhos que não contemplarem todas as exigências contidas no regulamento serão desclassificados.

6 - Os inscritos autorizam a Câmara Municipal de São Paulo a divulgar em todos os meios de comunicação (jornal, revista, rádio, televisão, internet etc.) os projetos apresentados, integral ou parcialmente. Os projetos poderão ser objeto de reprodução em livros, revistas, folhetos, catálogos, CDs, DVDs, exposições e outros meios de cunho exclusivamente informativo ou cultural, sem necessitar de autorização dos seus autores.

Mais informações no site www.camara.sp.gov.br (link Prêmios Institucionais).

Renegociação da dívida de Estados e Municípios depende de sanção presidencial e de regulamentação

Em 2000 a dívida de São Paulo com a União somava R\$ 11 bilhões. Em 15 anos já foram pagos R\$ 25 bilhões em amortizações e juros, e o saldo pulou para R\$ 62 bilhões. Com a renegociação aprovada pelo Congresso, que muda o indexador, a redução será de cerca de R\$ 26 bilhões, passando para R\$ 36 bilhões.

Com esta redução, caso seja sancionada e regulamentada pela presidente Dilma, a Prefeitura re-

duzirá a quantidade de recursos orçamentários comprometidos, anualmente, com a amortização e pagamento de juros da dívida e aumentará a sua capacidade de investimento.

Com certeza este é um assunto que nos interessa e pelo qual devemos torcer para que aconteça. Mas, certamente, se não ocorrer está longe de ser aceita por nós como justificativa do prefeito Ha-

ddad para não atender às nossas reivindicações.

Nos últimos anos, houve crescimento das receitas da Prefeitura, muito superior ao índice de elevação dos gastos com despesa de pessoal.

No caso do município de São Paulo, é bom lembrar que é uma dívida constituída em seu maior valor por Maluf, hoje aliado dos governos Dilma e Haddad. Por-

tanto, não há óbices para que seja negociada, posto que quem a constituiu não teve nenhuma sanção. Quem não pode ser punida por uma dívida cada vez maior é a cidade e os seus cidadãos.

Posição do SINPEEM: o sindicato defende a regulamentação da negociação da dívida, com a vinculação dos recursos aplicados em educação e saúde.

Precatórios: STF determina pagamento até 2020

Iniciada em 2013, a discussão sobre a Emenda Constitucional nº 62, que dispõe sobre os precatórios, chegou ao fim, em 26 de março de 2015, com o Supremo Tribunal Federal (STF) considerando ilegais as regras criadas em 2009 pelo Congresso Nacional, que davam prazo de 15 anos para Estados e Municípios liquidarem os pagamentos.

O STF decidiu reduzir este período para cinco anos, a partir de 2016. Assim, o prazo anterior estabelecido pelo Congresso, que terminaria em 2024, foi antecipado para 2020.

DECISÕES DO SUPREMO:

- a) prazo para Estados e Municípios pagarem os precatórios: cinco anos, a partir de 01 de janeiro de 2016. Portanto, até 2020;
- b) ordem cronológica: os precatórios que já tiveram a ordem de pagamento definida não mudarão;
- c) idosos e doentes: está mantida a prioridade para o pagamento aos idosos e doentes graves;

d) fila por ordem crescente: os Tribunais de Justiça não poderão mais organizar uma fila para pagar antes precatórios de menor valor;

e) para precatórios liberados até 25 de março de 2015: fica mantido o pagamento de precatórios de pequeno valor fora da ordem cronológica;

f) fator de correção do valor dos precatórios:

- a partir de 25 de março de 2015, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), como fator de cálculo dos valores a serem recebidos a título de precatórios. A Justiça estava utilizando a Taxa Referencial (TR), que fica abaixo da inflação;

- para os precatórios emitidos até 25 de março de 2015, fica mantido o cálculo pela TR para a correção monetária;

g) leilões de precatórios: esta alternativa estava prevista na Emenda Constitucional nº 62, de 2009. A partir de 25 de março de 2015, fica proibida a opção de o credor participar de leilão para receber antes o precatório.

Câmara de Conciliação garante acordos com 40% de deságio

Os Estados e as Prefeituras continuam tendo a opção de pagar parte dos precatórios por meio de acordos. A Prefeitura de São Paulo, por exemplo, poderá fazê-los por meio da Câmara de Conciliação, instalada anualmente. O deságio não poderá ser superior a 40%. Isto dignifica que o credor só poderá abrir mão de até 40% do valor do precatório atualizado para receber antes e fora da ordem cronológica.

A fila para fechar acordos também deve respeitar a ordem de preferência para os idosos e os doentes.

A fixação de prazo para a liquidação dos precatórios é notícia positiva para todos que aguardam o pagamento de créditos decorrentes de ganhos judiciais transitados e julgados. No entanto, ainda não temos garantia líquida e certa de que, de fato, a decisão do STF será cumprida e, em caso de descumprimento, o que ocorrerá à autoridade pública.

A Prefeitura tem dívida de precatórios estimada, atualmente, em cerca de R\$ 16 bilhões. O pagamento deste total, em até cinco anos, implica em comprometimento de R\$ 3,2 bilhões das receitas do Tesouro Municipal. Uma situação difícil, que deixa bem claro o custo da irresponsabilidade.

■ CRISE HÍDRICA

Água: economizar é a palavra de ordem para todos

Mesmo com as chuvas que caíram durante o mês de março, a situação nos reservatórios que abastecem boa parte da cidade de São Paulo e a Região Metropolitana, como os sistemas Cantareira e Alto Tietê, ainda exige cuidados. Aliado à ausência de políticas públicas por parte dos governos para garantir o abastecimento e a preservação dos recursos naturais, o quadro ainda é preocupante.

Quadro este que já havia sido previsto no final da década de 1990, quando especialistas alertaram que ficaríamos sem água num futuro próximo. Foram desacreditados pelos governos, que nada fizeram para se prevenir. Em outubro de 2001, reportagem de um jornal de grande circulação nacional, por exemplo, trazia manchete informando que São Paulo só teria água para o abastecimento até 2010. Apesar dos alertas de quem entende do assunto e da verdade estampada para quem quisesse ver, o governo do Estado demorou a admitir o problema de "uma morte anunciada" há anos. E, agora, o que fazer? Sem saída, economizar é a pa-



lavra de ordem para toda a população. E esta responsabilidade cabe a cada cidadão, indistintamente, e tem de ser permanente. No entanto, esta máxima tem sido constante para milhares de moradores da capital paulista e de várias cidades da Região Metropolitana, que já vivem esta dura realidade há anos. Para eles, a crise hídrica não é novidade, já que racionamento e rodízio fazem parte do seu dia a dia, apesar de o governo Alckmin não admitir que o rodízio tem sido uma prática recorrente, adotada pela Sabesp.

Prefeitura publica nota esclarecendo procedimentos adotados

propostas no documento reúnem ações das três esferas do poder público e da sociedade civil.

Com base nas recomendações da carta do Conselho e em deliberações da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseps), em janeiro deste ano o prefeito emitiu ordem interna determinando que "os órgãos, entidades e equipamentos da administração direta e indireta deverão reduzir, individualmente, o consumo de água em pelo menos 20% em relação à média de consumo do período de fevereiro de 2013 e janeiro de 2014."

Publicou, também, comunicado garantindo que a escovação bucal supervisionada, oferecida aos educandos das unidades escolares como medida de promoção de hábitos saudáveis e prevenção das doenças bucais, não deverá ser suspensa. Para assegurar o uso racional de água, determinou que a realização da escovação bucal supervisionada seja realizada com o equivalente a um copo de água.

Em janeiro deste ano, a Prefeitura publicou nota no DOC garantindo que, desde 2014 vem adotando medidas para reduzir o consumo de água na administração municipal. Segundo a nota, no dia 15 de dezembro, o Conselho da Cidade de São Paulo – criado pelo governo Haddad com o propósito de servir de canal de diálogo entre a administração municipal e a sociedade – aprovou uma carta aberta sobre a crise hídrica, que propõe várias medidas para enfrentar o desabastecimento. As

Curso de formação sindical do SINPEEM destacou os desafios de cuidar e educar



Fotos: Fernando Cardozo



Cursos foram realizados na Casa de Portugal, com a participação de centenas de docentes, gestores e profissionais do Quadro de Apoio da educação infantil

No dia 25 de março, o SINPEEM realizou o primeiro curso de formação sindical de 2015, destinado aos profissionais da educação infantil - docentes, gestores e Quadro de Apoio, com o tema "Cuidar e educar: um desafio para todos".

Em sua palestra interativa, denominada "Brincadeiras musicais - repertório e convite", Shaun Bencks - educador, violonista, regente coral, arranjador, produtor musical e professor de musicalização infantil - usou a música de maneira divertida, com diversas brincadeiras que podem ser utilizadas com as crianças no cotidiano escolar.

Bencks afirmou que os educadores podem utilizar a música e a interatividade de maneira mais efetiva, potencializando e multiplicando o trabalho de maneira lúdica com as crianças.

André Trindade, psicólogo, psicomotricista, utilizou a dança como instrumento de organização motora e postural em sua palestra, método de educação corporal que tem difundido em várias escolas de São Paulo, no qual a interatividade do professor é fundamental.

De acordo com Trindade, a atividade que desenvolve reúne os

elementos que servem de base para um bom desenvolvimento motor, entre eles, o espaço esférico, o reagrupamento das partes do corpo num todo coordenado, o movimento, o toque e a relação. "Por meio da dança a criança amplia seu repertório de movimentos e constrói conceitos importantes em relação ao espaço e ao tempo", afirma.

No curso destinado ao Quadro de Apoio, Elizabeth Ângelo Caderno falou da importância dos agentes escolares, auxiliares técnicos de educação e agentes de apoio para o funcionamento da escola. Também destacou a busca pela "felicidade interna bruta", que vem sendo enfatizada pelo escritor e articulista Célio Pezza como uma mudança de conceitos, com a finalidade de garantir qualidade de vida ao se colocar a preocupação com o ser humano em primeiro plano.

Já o presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, discorreu sobre as carreiras do Quadro de Apoio: atribuições, módulos e direitos funcionais, além de dar ênfase à campanha salarial de 2015, com as reivindicações específicas destes profissionais, que constam da pauta entregue ao governo Haddad.

Introdução às neurociências e educação

O SINPEEM também já realizou o curso semipresencial (EaD) "Introdução às neurociências e educação", com a finalidade de oferecer condições para melhorar a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, por meio da reflexão sobre as práticas pedagógicas e as indicações de caminhos para a intervenção do educador durante o processo de ensino/aprendizagem.

Próximos cursos EaD

PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

Período: 09 a 30/05/2015

Carga horária: 20 horas, sendo quatro horas presenciais e 16 a distância.

Público-alvo: professores de educação infantil, educação infantil e fundamental I, fundamental II e ensino médio, educação de jovens e adultos, professores de educação bilíngue e surdos, agentes escolares, auxiliares técnicos de educação, diretores de escola, coordenadores pedagógicos, assistentes de direção e supervisores de escola filiados ao SINPEEM.

Inscrições: a partir das 10 horas do dia 22 de abril, até o encerramento das vagas disponíveis.

ELOS ENTRE A CULTURA POPULAR E TRADICIONAL

Período: 01/08/2015 a 29/08/2015

Carga horária: 20 horas, sendo quatro horas presenciais e 16 a distância.

Público-alvo: professor de educação infantil, professor de educação infantil e ensino fundamental I, professor de ensino fundamental II e médio, agente escolar, auxiliar técnico de educação, diretor de escola, coordenador pedagógico, assistente de diretor de escola e supervisor escolar filiados ao SINPEEM.

Inscrições: a partir das 10 horas do dia 28 de julho, até o encerramento das vagas disponíveis.

MEIO AMBIENTE SUSTENTABILIDADE E CONSUMISMO

Período: 12/09 A 03/10/2015

Carga horária: 20 horas, sendo quatro horas presenciais e 16 a distância.

Público-alvo: professor de educação infantil, professor de educação infantil e ensino fundamental I, professor de ensino fundamental II e médio, agente escolar, auxiliar técnico de educação, diretor de escola, coordenador pedagógico, assistente de diretor de escola e supervisor escolar filiados ao SINPEEM.

Inscrições: a partir das 10 horas do dia 01 de setembro, até o encerramento das vagas disponíveis.

MUSICALIZAÇÃO NAS ESCOLAS

Período: 07/11 a 28/11/2015

Carga horária: 20 horas, sendo quatro horas presenciais e 16 a distância.

Público-alvo: professor de educação infantil, professor de educação infantil e ensino fundamental I, professor de ensino fundamental II e médio, agente escolar, auxiliar técnico de educação, diretor de escola, coordenador pedagógico, assistente de diretor de escola e supervisor escolar filiados ao SINPEEM.

Inscrições: a partir das 10 horas do dia 27 de outubro, até o encerramento das vagas disponíveis.

A ÁFRICA É AQUI

Período e inscrições: a definir

Carga horária: 20 horas, sendo quatro horas presenciais e 16 a distância.

Público-alvo: professor de educação infantil, professor de educação infantil e ensino fundamental I, professor de ensino fundamental II e médio, agente escolar, auxiliar técnico de educação, diretor de escola, coordenador pedagógico, assistente de diretor de escola e supervisor escolar filiados ao SINPEEM.

PARCERIA SINPEEM – ESEF/PAULISTA

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

O SINPEEM firmou parceria com a Escola Paulista de Educação, Filosofia e Política e Faculdades Campos Salles, que permitirá aos seus associados fazer cursos de pós-graduação com descontos. O valor da matrícula para estes cursos é de R\$ 95,00 e a mensalidade de R\$ 99,00.

Veja a relação de cursos:

- 1 - Educação e relações étnico-raciais
- 2 - Educação por competência
- 3 - Educação e neurociências
- 4 - Psicopedagogia institucional clínica
- 5 - Educação e diversidade
- 6 - Educação e sociedade
- 7 - Educação, violência e gênero

- 8 - Educação inclusiva
- 9 - Educação e novas tecnologias
- 10 - Educação e artes visuais
- 11 - Alfabetização e letramento
- 12 - Educação ambiental

INFORMAÇÕES E MATRÍCULAS NA CENTRAL DE ATENDIMENTO DA ESEF/PAULISTA: (11) 3661-3436

CURSOS PRESENCIAIS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA GRATUITOS

VÁLIDOS PARA ENQUADRAMENTO POR EVOLUÇÃO FUNCIONAL

1 - Educação inclusiva: a educação do educando com deficiência

Objetivos: conhecer os aspectos legais, as mudanças conceituais e as demandas sociais que apontam para uma proposta educacional baseada na perspectiva da diversidade humana e de um sistema de educação cada vez mais inclusivo, refletindo sobre as dificuldades, possibilidades e necessidades das escolas promovendo respostas às diferenças individuais da aprendizagem em seus projetos pedagógicos.

Carga horária: 32 horas
Período de realização: 09/05 a 30/05/2015
Encontros: 09 e 23/05/2015
Horário: das 9h às 17h
Inscrições: a partir das 10 horas do dia 22/04/2015.

2 - História e desenvolvimento do pensamento neurocientífico e suas relações com a aprendizagem

Objetivos: conhecer o panorama histórico e de desenvolvimento das novas tecnologias de investigação pautadas na neurociência e identificar, em aspectos gerais, como se estabelece o diálogo entre os desafios educacionais de nosso tempo e a mesma, enfocando os mecanismos de ação inerente ao nosso cérebro e da investigação sobre as percepções humanas, memórias, afetos e aplicação de significado ao mundo, dentro de uma visão sistêmica da educação.

Carga horária: 32 horas
Período de realização: 16/05 a 06/06/2015
Encontros: 16 e 30/05/2015
Horário: das 9h às 17h
Inscrições: a partir das 10 horas do dia 05/05/2015.

3 - Educação por competências: análise histórica e perspectivas

Objetivos: revisar os principais marcos conceituais da história da educação e compreender as bases teóricas que fundamentam a metodologia de educação por competências e sua contribuição para aprendizagem através de desenvolvimento das habilidades e competências complexas, tais como a capacidade de análises, de sínteses, de pensamento lógico, pensamento crítico, de compreensão leitora e o pensamento matemático.

Carga horária: 32 horas
Período de realização: 13/06 e 04/07/2015
Encontros: 13 e 27/06/2015
Horário: das 9h às 17h
Inscrições: a partir das 10 horas do dia 02/06/2015.

4 - Novas tecnologias, cultura digital, mídias contemporâneas e aprendizagem

Objetivos: compreender como os recursos audiovisuais e telemáticos (sons, imagens, fotografias, cinema, televisão interativa) podem contribuir para o desenvolvimento do trabalho pedagógico contemporâneo, identificando o impacto que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) podem trazer aos ambientes de aprendizagem, na educação presencial e a distância.

Carga horária: 32 horas
Período de realização: 20/06 a 08/07/2015
Encontros: 20/06 e 04/07/2015
Horário: das 9h às 17h
Inscrições: a partir das 10 horas do dia 09/06/2015.

5 - A discussão das relações étnico-raciais e suas contribuições para a vida na escola

Objetivos: estudar os avanços legais e conceituais da abordagem das relações étnico-raciais conquistados ao longo da história da Educação e refletir sobre a aplicação de novos paradigmas educacionais que impulsionam uma educação inclusiva promotora da igualdade racial.

Carga horária: 32 horas
Período de realização: 01/08 a 22/08/2015
Encontros: 01 e 15/08/2015
Horário: das 9h às 17h
Inscrições: a partir das 10 horas do dia 21/07/2015.

6 - Ética, filosofia moral e suas escolhas – um olhar filosófico sobre o espaço da escola

Objetivo: discutir as contribuições que a filosofia pode trazer para as relações cotidianas e interpessoais na escola, compreendendo o ambiente escolar como espaço de construção de valores e de resignificação da cultura, e, portanto, de formação do sujeito ético/moral.

Carga horária: 32 horas
Período de realização: 08/08 a 29/08/2015
Encontros: 08 e 22/08/2015
Horário: das 9h às 17h
Inscrições: a partir das 10 horas do dia 28/07/2015.

7 - Gênero na sala de aula

Objetivo: estudar o feminismo e seus desdobramentos no Brasil. A história das mulheres e as teorias de gêneros na contemporaneidade. Discutir as relações de gênero vigentes nas escolas, desde suas estruturas até as relações nas salas de aula. Buscar uma perspectiva "inclusiva" que aborde as questões de gênero e sexualidade. Examinar as condições que possibilitaram a emergência e a afirmação de movimentos sociais em torno de identidades culturais na pós-modernidade. Destacar as políticas de identidade e pós-identidade no terreno dos gêneros e das sexualidades.

Carga horária: 32 horas
Período de realização: 12/09 a 03/10/2015
Encontros: 12 e 26/09/2015
Horário: das 9h às 17h
Inscrições: a partir das 10 horas do dia 01/09/2015.

8 - Filosofia da mente e a construção da memória na aprendizagem: saber, pensar e aplicar

Objetivo: compreender como o diálogo entre Neurociência, a Sociologia, a Filosofia e a Pedagogia pode contribuir para a aprendizagem, através dos aspectos subjetivos da filosofia e também da concretude do corpo e do cérebro, das células e dos instintos naturais; trazendo mais luz a este complexo campo do saber.

Carga horária: 32 horas
Período de realização: 03/10 a 07/11/2015.
Encontros: 03 e 31/10/2015
Horário: das 9h às 17h
Inscrições: a partir das 10 horas do dia 29/09/2015.

9 - Linguagens artísticas na educação

Objetivos: refletir sobre o estudo da natureza, do belo e dos fundamentos da arte, tendo-a como expressão da linguagem. Conhecer as

grandes correntes teóricas e culturais através dos principais aspectos da História da Arte, bem como a reflexão sobre a experiência estética e como se dão os conceitos de obra de arte, de mercado, de mecenato artístico e de estatuto do artista ao longo dos tempos.

Carga horária: 32 horas
Período de realização: 07/11 a 05/12/2015
Encontros: 07 e 28/11/2015
Horário: das 9h às 17h
Inscrições: a partir das 10 horas do dia 27/10/2015.

10 - Criança, escola e consumo

Objetivos: estudar as influências que a publicidade pode exercer na formação de nossa subjetividade, mediante sua grande expressão na atualidade, e discutir a importância de trabalhar a questão da subjetividade da criança e sua relação de consumo.

Carga horária: 32 horas
Período de realização: 14/11/2015 a 10/12/2015
Encontros: 14/11 e 05/12/2015
Horário: das 9h às 17h
Inscrições: a partir das 10 horas do dia 03/11/2015.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Público-alvo

Todos os cursos de extensão universitária são destinados ao seguinte público: professor de educação infantil, professor de educação infantil e ensino fundamental I, professor de ensino fundamental II e médio, agente escolar, auxiliar técnico de educação, agente de apoio, diretor de escola, coordenador pedagógico e supervisor escolar,

Inscrições:

- ✓ somente no site do SINPEEM (www.sinpeem.com.br);
- ✓ cada associado poderá fazer inscrição em até dois cursos de extensão universitária.

Pré-requisitos:

- ✓ ter uma graduação ou licenciatura;
- ✓ ser filiado ao SINPEEM.

Documentos (cópias simples) que devem ser apresentados na primeira aula presencial:

- ✓ RG (não pode ser CNH);
- ✓ CPF (caso não conste no RG);
- ✓ certidão de casamento ou nascimento (caso tenha alteração de nome no RG);
- ✓ diploma de graduação ou licenciatura;
- ✓ holerite (atualizado)

Certificação

O certificado será emitido pelas Faculdades Integradas Campos Salles. Farão jus ao certificado os participantes que atenderem às seguintes condições:

- ✓ frequência de 100% nos encontros;
- ✓ conceito/nota de aproveitamento satisfatório.

Local dos cursos:

- ✓ Centro Cultural do SINPEEM – Avenida Santos Dumont, 560, Metrô Armênia.

Lei municipal criou comissão para combater a violência nas escolas

Em 2014, durante as negociações com o governo, o SINPEEM insistiu na necessidade de o governo criar políticas públicas que, de fato, possam combater a violência nas escolas e em seu entorno. Após a greve da categoria, que durou 42 dias, o governo concordou e incluiu no Protocolo de Negociação a cláusula oitava, reconhecendo a nossa reivindicação de melhores condições de trabalho, saúde e segurança nas escolas e em seu entorno, fixando prazo de 60 dias para o início das discussões, tomada de decisões e implantação de medidas, em conjunto com as Secretarias Municipal de Segurança Urbana e de Segurança do Estado.

Após insistente cobrança do SINPEEM, de um prazo que não foi cumprido, a Secretaria Municipal de Educação publicou no Diário Oficial de 13 de março a Lei nº 16.134, que cria a Comissão de Mediação de Conflitos (CMC) em todas as escolas da rede municipal de ensino de São Paulo.

Segundo o governo, esta comissão tem por objetivo atuar na prevenção e resolução de conflitos que envolvam alunos, professores e servidores da comunidade escolar e será composta por representantes dos gestores, professores, pais de alunos e alunos, com as seguintes atribuições:

I - mediar conflitos ocorridos no interior da unidade escolar envolvendo alunos e profissionais da educação;

II - orientar a comunidade escolar através da mediação independente e imparcial, sugerindo medidas para a resolução dos conflitos existentes;

III - identificar as causas da violência no âmbito escolar;

IV - identificar as áreas que apresentem risco de violência nas escolas;

V - apresentar soluções e encaminhamentos ao corpo diretivo da unidade escolar para equacionamento dos problemas enfrentados.

De acordo com a lei, os servidores públicos designados exercerão as atividades sem prejuízo das funções que ocupam e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial, sendo esta prática considerada como prestação de serviço relevante. A comissão deve ser coordenada pelo representante da gestão escolar.

SINPEEM exige que sejam garantidas às escolas condições concretas de segurança

O número de profissionais de educação que tem se afastado do trabalho, com sintomas variados, vítimas da violência nas escolas e em seu entorno, tem crescido vertiginosamente. Enquanto isso, as autoridades educacionais e de segurança, em todas as esferas, pouco ou nada têm feito para reverter este quadro que tende a se agravar.

Para o SINPEEM, sem dúvida, esta nova lei municipal, que cria a Comissão de Mediação de Conflitos (CMC) é uma tentativa de aplacar a banalização da violência dentro e fora das salas de aula, onde a indisciplina cresce assustadoramente.

No entanto, não basta apenas publicar a lei. Ela precisa, de fato, sair do papel. Precisa de uma regulamentação precisa, que garanta à comissão condições físicas e materiais para colocar em prática suas atribuições, para lidar com um problema tão grave como a violência nas escolas, que hoje ocorre desde intimidações físicas e verbais à degradação do espaço físico, furto, atos de vandalismo, porte de armas, além de tráfico e consumo de entorpecentes.

Criar políticas públicas que visem ao fortalecimento da cidadania, geração de emprego e renda, condições de saúde; e investimento em cultura, esporte e lazer, para jovens e adolescentes, principalmente na periferia ou em bolsões de miséria, são fundamentais para a redução das ocorrências acima citadas nas escolas e em seu entorno.

A responsabilidade por projetos contra a

violência não pode ser exclusiva da escola e de seus profissionais. No interior da escola, as ações que mitiguem ou eliminem os atos de indisciplina e violência são da competência dos educadores e disto não podemos abrir mão, dando lugar às soluções militarizadas. No projeto político-pedagógico, a questão da violência deve estar contemplada, sendo esta uma construção coletiva e com ampla participação da comunidade. Por outro lado, o que diz respeito à violência além dos portões da escola, que expõe a todos ao perigo, inclusive com risco de morte, deve ser tratada pelos poderes Executivos (Prefeitura, Estado e União), para garantir segurança e paz.

No entanto, até o momento as poucas medidas implementadas são insuficientes e deixam as escolas e todos os profissionais de educação expostos aos ambientes violentos e que levam ao adoecimento.

A luta do SINPEEM é para que sejam adotadas medidas imediatas para reduzir, gradativamente, os índices de violência e indisciplina, para que possamos ter uma sociedade mais justa e igualitária.

Iniciamos 2015 pressionando o governo para que reverta as atuais condições de trabalho dos profissionais de educação, que se defrontam diariamente com a falta de material, superlotação das salas, violência dentro e no entorno das escolas e agressões praticadas, inclusive, pelo poder público ao não oferecer condições dignas de trabalho e valorização.

EXCURSÕES

NACIONAIS

JULHO - AÉREAS

SERRA GAÚCHA (RS) - 11/07 A 18/07
Valor: 10 x de R\$ 294,00 - meia pensão

FOZ DO IGUAÇU (PR) - 14/07 A 18/07
Valor: 10 x de R\$ 192,00 - meia pensão

RIO DE JANEIRO (RJ) - 10/07 A 14/07
Valor: 10 x de R\$ 220,00 - meia pensão

BONITO (MS) - 11/07 A 16/07
Valor: 10 x de R\$ 230,00 - meia pensão

FORTALEZA COM JERICOACOARA (CE) - 11/07 A 18/07
Valor: 10 x de R\$ 298,00 - meia pensão

LENÇÓIS MARANHENSES (MA) - 11/07 A 18/07
Valor: 10 x de R\$ 298,00 - meia pensão

JULHO - RODOVIÁRIAS

CALDAS NOVAS (GO) - 08/07 A 12/07
Valor: 10 x de R\$ 182,00 - por pessoa em apto duplo

CIDADES HISTÓRICAS MINEIRAS (MG) - 10/07 A 14/07
Valor: 10 x de R\$ 125,00 - meia pensão

OLÍMPIA COM THERMAS DOS LARANJAIS (SP) - 15/07 A 19/07
Valor: 10 x de R\$ 166,00 - meia pensão

INTERNACIONAIS (SISTEMA TUDO INCLUSO)

JUNHO

PAÍSES BAIXOS E SUÍÇA - 15/06 A 30 /06
Valor: 12 x de US\$ 640,00

JULHO

LESTE EUROPEU - 07/07 A 19/07
Valor: 12 x de US\$ 640,00

RÚSSIA COM REPÚBLICAS BÁLTICAS - 01/07 A 17/07
(Polônia, Lituânia, Letônia, Estônia e Rússia)
Valor: 12 x de US\$ 640,00

PORTUGAL - O MELHOR DO PAÍS - 09/07 A 19/07
VALOR: 12 x US\$ 351,00

Observação: data limite para inscrições em todas as viagens: 30/05/2015

As inscrições são feitas por ordem de chegada, pessoalmente, na rua Marquês de Itu, 88 - sala 03 Metrô República - saída Caetano de Campos FONE/FAX: 3221-3346

Consulte as opções completas e passeios inclusos: www.viagenshorizontes.com.br

Acesse o site www.sinpeem.com.br
cadastre seu e-mail e receba nossas correspondências

Durante todo o ano, o SINPEEM realiza diversas atividades nos hotéis de Ibiúna e de Peruíbe sempre pensando no bem-estar, conforto e comodidade dos associados. Veja a programação para os próximos feriados e festas e faça a sua inscrição.



Fernando Cardozo

FERIADOS EM IBIÚNA E PERUÍBE

Corpus Christi

Período: 04 a 07/06/2015 | Inscrições: 27 a 30/04/2015
Sorteio: 04/05/2015 | Pagamento: 11 a 15/05/2015

Férias de julho

Período: 09 a 12 e 15 a 19/07/2015 | Inscrições: 25 a 29/05/2015
Sorteio: 01/06/2015 | Pagamento: 08 a 12/06/2015

07 de setembro

Período: 05 a 07/09/2015 | Inscrições: 27 a 31/07/2015
Sorteio: 03/08/2015 | Pagamento: 10 a 14/08/2015

FESTAS EM IBIÚNA

10 de maio - Festa do dia das Mães

Inscrições de 22 a 28 de abril

13, 20 e 28 de junho - Festa Junina

Inscrições de 18 a 22 de maio

20 de setembro - Festa da Primavera

Inscrições de 08 a 11 de setembro

04 de outubro - Festa das Crianças

Inscrições de 28 de setembro a 02 de outubro

28 de novembro - Festa Mineira

Inscrições de 09 a 13 de novembro

**Mais informações sobre as colônias
pelo fone **3329-4521** ou e-mail
colonia.lazer@sinpeem.com.br**



SINPEEM PERUÍBE HOTEL



REMETENTE:
Av. Santos Dumont, 596 - Ponte Pequena
São Paulo - SP - Fone 3329-4500
CEP 01101-080

FECHAMENTO AUTORIZADO - PODE SER ABERTO PELA ECT

Para uso dos Correios

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> Outros |
| <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação escrita pelo porteiro ou síndico | |

Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____

responsável

Mala Direta
Postal Especial
9912252003/2010-DR/SPM
SINPEEM
Correios

